

Casos relatados

Soja nas terras ancestrais dos Xavante

D. Pedro Casaldáliga(*)

Às pessoas e entidades que vêm mostrando sua solidariedade conosco e com o povo Xavante:

Escrevo esta mensagem, em meu nome pessoalmente e em nome da Prelazia de São Félix do Araguaia. E aproveito a oportunidade para responder coletivamente, com esta circular, aos muitos amigos e amigas a quem devo carta. Coletiva é a Causa, coletiva a comunicação. Sintam-se cada um e cada uma respondidos com o maior carinho.

Estamos recebendo muitas comunicações de solidariedade nesta hora, perguntando-nos pela situação atual e pedindo-nos inclusive que indiquemos que ações concretas de solidariedade se poderiam fazer.

A situação está num impasse. Não há ainda uma definição oficial. Um grupo de indígenas Xavante e um grupo de ocupantes da área dos índios estão postados na estrada, em atitude de pressão. No dia 23 deste mês de janeiro, o Governador do Mato Grosso visitará a área. No dia 29 do mesmo mês, haverá uma audiência judicial. E para início de fevereiro espera-se a decisão do juiz.

Não vou descrever detalhadamente os antecedentes e as causas do conflito. Recordo, apenas, que os índios Xavante foram deportados dessa área, na década dos 60, em aviões da Força Aérea Brasileira e que em consequência dessa deportação morreram 90 índios por causa do sarampo, para o qual eles não tinham defesas. Sempre, a partir dessa data, continuaram reivindicando a área como sua e a visitaram com muita frequência. A área foi ocupada e vendida sucessivamente por empresas latifundiárias: Ariosto da Riva, Grupo Ometto, ENI-AGIP (empresa italiana mista, nacional e particular). Durante a ECO-92, em Rio de Janeiro, essa última empresa prometeu, de palavra, devolver a terra aos índios Xavante. Sabendo disso, fazendeiros e políticos da nossa região e do nosso Estado estimularam a invasão da área, para impedir o regresso dos indígenas, e ela ao longo destes últimos onze anos tem sido ocupada e fragmentariamente revendida por políticos,

fazendeiros, comerciantes e lavradores. Ilegalmente chegou-se a transformar a área em distrito e, com o nome de "Estrela do Araguaia", pretendeu-se inclusive criar na área um município. Durante esses treze anos, houve vários intentos de retorno por parte dos índios Xavante e se fizeram alguns levantamentos oficiais na área; nunca de modo eficaz.

Finalmente, no mês de outubro, os Xavante decidiram firmemente retornar, porque o desejo veemente dos velhos indígenas, arrancados da Marãwãtsede, era não morrer fora de sua terra.

A situação agravou-se pela presença em nossa região de um grupo poderoso e ambíguo, com forte respaldo político, interessado na plantação de soja, que surpreendentemente acaba de comprar a área, agora em 2003.

Neste clima é que surgiram as novas ameaças contra vários de nós e contra algum funcionário da FUNAI (Fundação Nacional do Índio). As autoridades competentes estão plenamente informadas da situação. Sabemos perfeitamente que a solução não é simples, mas defendemos logicamente o direito primeiro do povo Xavante, assim como defendemos o direito a uma terra de Reforma Agrária para os que sejam lavradores sem terra, dentre os ocupantes da área indígena.

A CNBB e várias Pastorais têm expressado oficialmente sua solidariedade. O Ministério da Justiça tem se mostrado atento também.

A hora é de impasse, digo, e o problema desta área Xavante se une a outros vários conflitos em terra indígena, que estão se dando atualmente no Brasil. Há muitos interesses cruzados. O latifúndio e a monocultura depredadora são uma praga nacional. Os direitos dos povos indígenas vêm sendo conculcados há séculos. E a legislação, que exigiria atender esses direitos, é quase sempre deixada de lado. Causa indígena e Reforma Agrária são duas dívidas históricas e fundamentais do Brasil.

Respondendo à pergunta sobre um possível gesto de solidariedade concreta, sugerimos que se enviem mensagens para o Sr. Ministro Márcio Thomaz Bastos, Ministério da Justiça, Brasília, DF: acs@mj.gov.br e para o Sr. Deputado Federal Ênio Bacci, Presidente da Comissão de Direitos Humanos da Câmara Federal, Brasília, DF : cdh@camara.gov.br

No mais, a caminhada continua. Agradecemos de coração tanta solidariedade fraterna e renovamos o compromisso comum de lutarmos por esse "outro mundo possível" mais conforme com o Reino de Deus.

Unidos na militância, na oração e na esperança, recebam, com a nossa gratidão, um abraço muito fraterno.

(*)Bispo de São Félix do Araguaia, MT
16 de janeiro de 2004